

Economia-81: os resultados e seu preço

Brasil

3 JAN 1982

Embora não tenham sido ainda divulgados os dados relativos à evolução do Produto Interno Bruto em 1981, cuja taxa de crescimento deverá fixar-se entre menos 1% e mais 1%, o ano que acaba de findar foi o mais adverso de todos, desde 1946, quando passaram a ser feitas estatísticas sobre as Contas Nacionais. Em 1981, o governo conseguiu alguns resultados positivos no combate à inflação e, mais ainda, na balança comercial, a despeito do panorama sombrio da economia mundial. Em contrapartida, o custo social desses resultados foi caro, e expandiu-se demasiado o desemprego. Ao considerar os progressos feitos, ocorre perguntar se não poderiam ter sido alcançados sem esses grandes sacrifícios.

A redução da taxa de inflação — que não deve ser julgada à luz do resultado final do ano (95,2%), ainda muito elevado, mas da tendência observada nos últimos quatro meses do exercício — resultou, incontestavelmente, da conjunção de três fatores: política monetária mais rigorosa, melhora da produtividade, tanto na indústria como na agricultura, e a recessão industrial. O crescimento dos meios de pagamento, da ordem de 67%, foi menor que o da taxa de inflação, e a reação da agricultura aos incentivos, à que se juntaram condições climáticas favoráveis, foi muito positiva. Mas, teria sido necessário uma recessão destas proporções?

Não julgamos que a recessão tenha sido causada, principalmente, pela contração do crédito. Aliás, a coarcação do crédito poderia ter sido menor, se não tivessem sido mantidos subsídios excessivos e se não houvessem sido abertos rombos no orçamento monetário, sobretudo em consequência do déficit das empresas estatais. Duas causas principais provocaram esse crescimento zero, que um país como o Brasil não pode permitir-se: a ascensão das taxas de juros e a redução do poder aquisitivo da classe média. Ora, uma e outra poderiam ter sido evitadas.

Desde logo, queremos salientar que não preconizariamos um crescimento de 8%, como no ano anterior. A problemática do balanço de pagamentos, por si só, recomendava forte redução das atividades econômicas. Teria sido razoável uma taxa próxima de 3%. Mas, para isto, seria necessário que a taxa de juros fosse menor. Faltou ao governo imaginação para engendar um mecanismo que, sem desencorajar a indispensável captação de recursos externos, permitisse reduzir as taxas internas. Quanto à redução do poder aquisitivo da classe média, deve-se a diversas causas, que se encastram na política tributária, na política parafiscal, na política salarial. Era possível distribuir e escalonar melhor os sacrifícios e era preciso ter a coragem de reformular a política salarial, que exerceu efeito multiplicador quanto ao desemprego.

Apesar de todo o ceticismo com que havia sido acolhida a previsão do governo acerca da evolução do balanço de pagamentos em 1981, conseguiu-se fechar com equilíbrio as contas externas, obter substancial superávit na balança comercial, captar mais de 18 bilhões de dólares no mercado externo e até (ao que parece) ampliar ligeiramente as reservas internacionais do País. Tais resultados foram obtidos num clima bastante desfavorável: aumento das taxas de juros no mercado internacional, queda dos preços das commodities devida ao fato de serem esses juros excessivamente altos, revalorização do dólar em relação às moedas dos outros países industrializados.

São estas dificuldades que explicam o fato de o governo, tendo acertado no atacado suas previsões quanto ao balanço de pagamentos, haver errado muito no varejo. As exportações não atingiram as metas e as importações foram muito menores do que se previa, em consequência da recessão e, especialmente, do congelamento do preço do petróleo. A conta do pagamento dos juros ao Exterior estourou. Mas foi possível captar maiores recursos do que se esperava. O preço disto é caro: pagamento de um spread muito alto, crescimento da dívida externa maior do que se previa. O problema do balanço de pagamentos permanece, e pode-se questionar a intransigência do governo na questão da ajuda do FMI, que pode-

ria reduzir o custo social da obra de saneamento.

No limiar deste novo exercício, pode-se perguntar o que acontecerá no terreno econômico. Não podemos deixar de manifestar alguma perplexidade diante dos dados disponíveis. Parece certo que em 1982 o crescimento será maior do que no ano passado. Esperamos apenas que o governo, neste ano de eleições, tenha força para manter esse crescimento em nível razoável, de modo a não tornar inúteis os sacrifícios tão duros impostos à Nação em 1981.

As condições são favoráveis tanto ao balanço de pagamentos como à taxa de inflação, mas pairam ameaças. O orçamento monetário que se aprovou, se for respeitado, poderá permitir nova redução da taxa de inflação, mas, pelo fato de manter subsídios excessivamente altos, o governo não tem a certeza de poder respeitá-lo. São notórios o grau de estatização de nossa economia e, especialmente, a fragilidade financeira das empresas estatais. Não há nenhuma segurança quanto à redução das taxas de juros, mas esta é indispensável, se quisermos retomar o processo de crescimento. Deste modo, as perspectivas quanto à inflação, que, se se respeitar o orçamento monetário, poderiam indicar uma taxa de 70 a 80%, são muito incertas. E da inflação dependerá também a capacidade nacional de exportar e de reduzir a dívida externa, que precisaria, ao menos, cessar de crescer.